

À Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano – SMAPU  
Secretário Sr. Leonardo Castro  
Gerente de Coordenação de Políticas de Planejamento Urbano Sr. Tiago  
Esteves Gonçalves da Costa

*Ref.: Apontamentos às reuniões do Grupo Técnico de Discussão de Instrumentos de Gestão da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste Oeste*

O Grupo Técnico permanece com a discussão sobre a composição e a eleição dos Grupos de Gestão *da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste Oeste* proposto pela SMAPU.

No último encontro, foram lançadas as considerações do **Grupo de Pesquisa Indisciplinar** sobre a definição dos grupos de interesse, sendo agora necessário o aprofundamento da discussão em relação aos segmentos elegíveis à composição do Grupo Gestor da Operação Urbana. Soma-se a este tópico, também, a necessidade de definição da metodologia a ser adotada para a eleição dos representantes dos segmentos que irão compor o Grupo Gestor.

Na reunião ocorrida em 03 de março p.p., o ponto de partida para definir os agentes baseou-se, mas sem se limitar, aos grupos contidos no art. 32, do Estatuto da Cidade, quais sejam: proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados.

Foram discutidas propostas sobre os critérios a serem adotados para definir os segmentos a serem representados.

O **Grupo de Pesquisa Indisciplinar** ratifica o exposto no documento anterior quanto à categoria dos *proprietários de terra* e se debruça sobre a importância dos demais agentes que serão atingidos pela OUC, de forma a expandir os segmentos com a inclusão de representantes das universidades. Assenta, ainda, seu posicionamento quanto à paridade na representação dos agentes da sociedade civil, na sua definição mais ampla, frente aos representantes do Poder Executivo municipal, se estes realmente forem compor o Grupo Gestor.

O que se destaca é a necessidade de ampliar a definição dos agentes a fim de permitir a representação de maior parcela dos diretamente afetados pela OUC.

Outra questão de fundamental importância é a adoção de critérios de elegibilidade e de eleitores. Qualquer **morador de Belo Horizonte** poderá votar nos representantes que irão compor o Grupo Gestor, independentemente de habitarem a área delimitada pela operação urbana, considerando que se trata de área relevante do Município de Belo Horizonte. Veja que não se propõe que a eleição do Grupo Gestor restrinja os eleitores àqueles com título de eleitor no município de Belo Horizonte, bastando para tanto ser morador do município de Belo Horizonte independentemente se a moradia for na rua, no Mangabeiras, no Palmeiras ou no Isidoro.

Não deverá haver, também, restrição à composição dos membros das chapas de representação dos segmentos, salvo para o segmento dos moradores, que deverão residir na área diretamente afetada pela operação urbana, adotando-se, aqui também, a definição ampla de morador proposta acima. O segmento dos movimentos sociais deverá possuir pelo menos um representante dos movimentos pela reforma urbana.

Partindo-se desse entendimento, são apresentadas as seguintes propostas:

- (i) Que as candidaturas ocorram por segmento da sociedade civil que se organizarão em chapas;
- (ii) Que os eleitores sejam qualquer morador do município de Belo Horizonte, independentemente da residência da moradia ou da origem de seu título de eleitor;
- (iii) Que as eleições ocorram de forma direta, em todas as Secretarias de Administração Regional Municipal e via internet (como já ocorre com o orçamento participativo) para que todos os moradores do município possam se manifestar sobre as intervenções a serem realizadas;
- (iv) Que o Grupo Gestor, mediante aprovação qualificada, possa inverter a ordem de obras prioritárias previstas na Operação Urbana, de modo a atender demandas sociais que não estejam previstas inicialmente;

- (v) Em razão da inovadora experiência das Assembleias Populares Horizontais ocorridas na a partir de junho de 2013, sugere-se a adoção desse modelo para uma discussão ampla com a sociedade sobre as intervenções propostas pela Operação Urbana, de forma a dar transparência e eficiência na escolha dos candidatos.

Belo Horizonte, 12 de março de 2015.

Indisciplinar